



PARECER TÉCNICO DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Este parecer técnico tem por finalidade analisar a regularidade do controle interno aplicado no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2025 PE-SRP, conforme descrito no documento “parecer-juridico-final_individual(1).pdf”. A análise foca na aderência dos procedimentos administrativos e de controle interno às normas e diretrizes legais, bem como na consistência e transparência dos atos praticados.

Verificar se os mecanismos de controle interno, empregados durante as fases do processo licitatório – desde a divulgação do edital até a adjudicação e homologação do certame – demonstram conformidade com os preceitos legais (notadamente os previstos na Lei nº 14.133/21 e demais normativas correlatas) e se possibilitam a devida fiscalização dos atos administrativos.

A avaliação foi realizada mediante a análise detalhada do processo, que aborda:

- A regularidade da publicação e publicidade do edital, em conformidade com os prazos mínimos exigidos.
- A verificação do atendimento aos requisitos formais e legais na condução do certame, inclusive no que tange à divulgação do aviso de licitação e à composição dos atos administrativos.
- O exame dos pareceres e relatórios internos que respaldam a tomada de decisão na fase de adjudicação e posterior homologação.

ANÁLISE

1. Publicação e Transparência:

O documento comprova que o edital foi amplamente divulgado, tanto no Diário Oficial quanto em jornal de grande circulação, atendendo aos requisitos de publicidade e transparência exigidos para a efetividade do controle interno. Tal medida fortalece a fiscalização externa e interna, garantindo a lisura do processo.

2. Observância dos Prazos Legais:

Foram respeitados os prazos mínimos entre a disponibilização do edital e a abertura do certame, conforme disposto na legislação vigente (Lei nº 14.133/21). O cumprimento destes prazos é um indicativo da correta operacionalização dos controles internos.

3. Segregação de Funções e Responsabilidade:

A atuação conjunta da Comissão Permanente de Licitação (CPL), do pregoeiro e da equipe de apoio evidencia a adoção de controles que promovem a segregação de funções, fator essencial para evitar conflitos de interesse e garantir a imparcialidade na condução do certame.

4. Adequação dos Atos e Conformidade Documental:



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO



A análise do parecer jurídico demonstra que todos os atos administrativos praticados encontram respaldo na legislação pertinente e na documentação acostada aos autos. Não foram identificadas falhas ou inconsistências que comprometessem a validade do processo.

5. Registro e Controle dos Recursos:

O tratamento dado aos recursos apresentados pelas participantes, bem como a análise que culminou na reavaliação da proposta vencedora, evidencia um sistema de controle interno capaz de registrar, monitorar e corrigir eventuais desvios, assegurando a observância dos princípios da legalidade e eficiência administrativa.

CONCLUSÃO

Com base na análise dos elementos constantes no documento em apreço, conclui-se que o controle interno aplicado no processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 001/2025 PE-SRP apresenta regularidade e conformidade com as exigências legais. Os mecanismos de publicidade, cumprimento de prazos, segregação de funções e a adequada documentação dos atos demonstram um sistema robusto e eficaz de controle, que contribui para a transparência e a integridade do certame.

Diante do exposto, este parecer técnico é favorável à manutenção e continuidade dos procedimentos adotados, recomendando-se que a entidade mantenha a vigilância contínua e a atualização dos mecanismos de controle, garantindo a constante adequação aos preceitos legais e normativos.

Ipixuna do Pará, 25 de fevereiro de 2025